

Brasil volta a crescer 4,5% ao ano

Na pior das hipóteses, o Brasil vai voltar a crescer à taxa média de 4,5% ao ano, no período entre 1985 a 1990, e, numa hipótese mais otimista, pode, mesmo, chegar a níveis históricos de 7% ao ano, desde que as medidas de reajustamento da economia, já consolidadas, não sofram qualquer alteração e recebam, apenas, do Governo, estímulos à sua aplicação plena. Essa é a convicção dos técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Para essa conclusão, o BNDES baseou-se nos resultados verificados pela economia brasileira no segundo semestre de 84 e nas perspectivas oferecidas ao País pela consolidação do crescimento econômico dos Estados Unidos, após uma crise recessiva de quase três anos. O próprio Governo Ronald Reagan reconheceu que, no seu segundo mandato, não pôde manter o mesmo nível de taxas protecionistas que caracterizou o anterior e que dificultou a expansão das exportações dos países mais endividados do continente.

Progressos

A manutenção de uma política restritiva, para ajustar a economia interna às necessidades de pagamento das contas externas, vai permitir a consolidação dos reajustamentos anunciados pelo Ministro do Planejamento, Delfim Neto. Segundo ele, o Brasil foi obrigado a enfrentar quatro desafios simultâneos: "Em primeiro lugar, era preciso restabelecer, com a maior rapidez possível, o equilíbrio externo; e era preciso reorganizar as contas externas. Em segundo lugar, era preciso alterar de maneira dramática a matriz energética deste País; e a crise mostrou que nós dependíamos de tal forma da importação de energia que não poderíamos ser, realmente, uma Nação com desenvolvimento tranquilo sem uma modificação fundamental na matriz energética. Terceiro, era necessário recolocar nos trilhos o setor público que, na tentativa de corrigir o desequilíbrio externo, havia sido ampliado de maneira espantosa e chegou a produzir déficits imensos; e, finalmente, era preciso reorientar o sistema produtivo nacional na direção do restabelecimento do equilíbrio externo."

As quatro frentes foram atacadas simultaneamente, em um ritmo que nem os mais otimistas acreditavam que pudesse ser alcançado, ou mesmo cumprido. Assim, o setor de exportações — tido como barômetro desse comportamento — mostra que, entre 1979 e 1980, ainda houve como manter o nível das vendas externas, mas, a partir daí e até 1983, o país perdeu poder de competição no exterior. Estavam em marcha as medidas de reajustamento, coincidindo com o auge da crise internacional, que agravou o desemprego, arrefeceu a produção e abalou as estruturas dos principais países industrializados do mundo, tendo à frente os Estados Unidos.

As medidas de reajuste da economia brasileira começaram a dar resultados a partir do primeiro trimestre de 83 e se consolidaram no início do segundo semestre deste ano, quando a quase totalidade dos Estados brasileiros começou a registrar crescimento significativo nas arrecadações de seu Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Nesse quadro, merecem destaque especial dois Estados: São Paulo, por ser o de maior desenvolvimento industrial, e Paraná, por ser o de maior expressão agrícola.

Assim, contrariando todas as suas expectativas, o Governo do Estado de São Paulo conseguiu arrecadar, em julho deste ano — primeiro mês da recuperação econômica preconizada pelo Ministro Delfim Neto — Cr\$ 448 bilhões 200 milhões, o que representa um aumento de 245,5% em relação a igual mês do ano passado, sendo esse percentual superior em 8,71% à inflação.

E esta recuperação já chegou ao setor de máquinas e equipamentos, tradicionalmente, em qualquer país, o último a sair de uma fase recessiva, já que, num período de queda de vendas, nenhuma empresa vai investir na ampliação de sua capacidade de produção. Pelos dados que a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos divulgou, a produção do setor, no mês de julho deste ano, aumentou em 6,7% comparando com igual mês do ano passado, ao mesmo tempo em que se acelerou o ritmo de reação do nível de emprego, que cresceu 2% em maio, após avanço de 1,1% em abril e plena estabilidade nos primeiros três meses do ano.

Por sua vez, o Estado do Paraná, segundo números divulgados por sua Secretaria de Finanças, arrecadou, em julho, mais de Cr\$ 84 bilhões 600 milhões, o que representa um crescimento nominal de 16,3% em relação ao mês anterior e um crescimento nominal acumulado (12 meses) de 292,3%. Contrariando todas as expectativas, o Paraná pode fechar o primeiro semestre do ano com a arrecadação de Cr\$ 445 bilhões 900 milhões, ou 59% mais do que foi arrecadado em 1983. Por isso e atendendo que a performance registrada no primeiro semestre se manteve nos meses subsequentes, o Estado poderá chegar ao fim deste ano com arrecadação de mais de Cr\$ 1 trilhão.

Foi o sétimo mês consecutivo que o Paraná registrou crescimento real em sua arrecadação. Em termos acumulados, de janeiro a julho deste ano, comparando com igual período de 83, o crescimento da arrecadação foi de 12,3%. O setor agrícola foi, nesse caso, aquele que deu maior contribuição, principalmente em consequência da reativação dos comércios da soja e do café. A indústria teve um crescimento real acumulado de 3,1% contra 2,6% em maio, devido, em particular, ao estímulo às exportações.

Outra prova do reaquecimento da economia brasileira está no crescente aumento do consumo de energia elétrica, que em outubro, foi de 11,5% (acumulado dos 10 primeiros meses do ano), contra 7,6% em igual período do ano passado. Segundo dados da Eletrobrás, nos 12 meses que terminaram em outubro, o consumo de energia elétrica aumentou 10,7% enquanto, no mesmo período, um ano antes, esse aumento fora de 8,1%. Para esse aumento, a maior contribuição foi dada pelo setor industrial, com 55% no período precedente.

A maior capacidade de substituição do óleo combustível pela energia elétrica também ajudou no aumento do consumo e comprovou o acerto da política desenvolvida pelo Governo do Presidente Figueiredo na busca de alternativas energéticas mais baratas e acessíveis. Com isso, o industrial também viu barateados seus custos de produção e ampliada sua capacidade de competição nos mercados interno e internacional.